

Audiência discute retomada de imóveis públicos entregues a particulares

A revogação da permissão de uso, da concessão de direito real de uso e da doação de terrenos municipais entregues a empresas locais e particulares foi discutida em audiência pública nessa quinta-feira (13). O encontro contou com a presença de vereadores, representantes da Prefeitura e pessoas interessadas.

O projeto de lei em debate (PL 5376) revoga (ou seja, invalida) 41 leis municipais datadas de 1988 até 2019, sendo a maioria do ano de 2015. Ao final da reunião, foi acatado o pedido de separar cada revogação em um projeto de lei único, permitindo analisar e votar cada caso individualmente. Isso dá oportunidade aos empresários e particulares de apresentarem seus argumentos aos vereadores, os quais deverão votar pela revogação ou não das alienações dos imóveis.

MOTIVAÇÃO E INTENÇÃO DE NOVAS DOAÇÕES

A proposta é motivada por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Estadual e a Prefeitura em dezembro de 2020. No documento, apontou-se que as alienações de terrenos públicos foram feitas de maneira ilegal: sem a realização de procedimento licitatório que permitisse igualdade de competição; em alguns casos, sem autorização legislativa. Além disso, o interesse público não teria sido atingido, visto que há terrenos em que, por muitos anos e ainda atualmente, não se exercem atividades empresariais e, logo, não há geração de empregos nem aumento dos tributos arrecadados.

Com o acordo assinado para regularizar a situação, o

Município se comprometeu, entre outras questões, realizar vistoria de todos os imóveis públicos oferecidos em permissão de uso, concessão de direito real de uso e/ou doação e a restituir ao poder público todos que estiverem ociosos e irregulares - resultando, conseqüentemente, no projeto de lei em debate. Da tribuna-livre, o prefeito Marcelo Moraes, afirmou que não participou do acordo (então na condição de prefeito eleito), ficando impossibilitado de opinar e sugerir soluções. A partir da necessidade de cumprir o acordado, foi criada uma comissão da Prefeitura que analisou os imóveis doados pelo Município.

"Não existe intenção de prejudicar nenhum empresário. Tentamos a possibilidade de fazer um acordo com o Ministério Público, de fazer a doação definitiva para todo mundo, e começar do zero da forma correta. Porém, os instrumentos de doação não foram os corretos. Então ou eu faço [a revogação das leis], ou respondo por improbidade administrativa", disse o prefeito.

Ele informou ainda que a intenção da Prefeitura é de, após resolver essa situação, desmembrar terrenos existentes no Parque Industrial I, II e III e promover uma licitação para doar terrenos a empresas paraenses. "Todos que estão perdendo suas áreas vão poder disputar a licitação e buscar uma outra área, mas da forma correta, com igualdade de competição com todos os interessados".

Atendendo às solicitações apresentadas por vereadores e empresários, o prefeito se comprometeu a separar o projeto de lei para permitir a análise individual de cada lei que a Prefeitura está solicitando a



ASSCAM

revogação. Disse ainda que o Executivo irá cumprir o que o Legislativo decidir, ficando pendente essa decisão para definição dos próximos passos.

SOLICITAÇÕES DOS PRESENTES

O vereador Vinício Scarano lembrou que o TAC firmado também não era de conhecimento dos vereadores à época. "Das 41 leis, 19 vou votar contra de qualquer maneira porque não tem chance de ser feito nada: são terrenos em área de preservação permanente (APP), empresas que não geram emprego e renda, etc. Os outros 22, no meu entendimento, poderiam ter uma chance específica de cumprir um prazo para iniciar construção, para gerar emprego e renda conforme estava no plano de trabalho deles" - situação não aceita pelo Ministério Público, informou o prefeito.

Vinício continuou: "Todos os termos de doação até a gestão passada no Município nunca tiveram processo licitatório e

vários estão hoje em funcionamento", opinou. Também solicitou o desmembramento dos terrenos para análise individual - procedimento o qual o prefeito Marcelo Moraes se comprometeu a realizar. O vereador Luiz de Paula concordou com a individualização e destacou que há casos que merecem tratamento diferenciado, nos quais o terreno recebido estava em local em que não havia infraestrutura (rua, energia, água, luz, esgoto), o que impedia a construção.

Utilizando a tribuna e na plateia, advogados e outros beneficiários também solicitaram a análise individual e independente do Legislativo de cada terreno doado, argumentando pela necessidade de separar os imóveis produtivos daqueles que estão ociosos. Pediram ainda concessão de prazo para início das construções, reforçando que as leis de doação foram feitas após estudos e que há um lado social envolvido. Reclamaram que não podem ser culpabilizados

pelas doações feitas de forma irregular ou em locais inadequados e pediram uma previsão de data para definição da situação dos terrenos, para que as empresas se planejem.

Marcelo Moraes concordou que alguns empresários foram enganados, pois receberam terrenos em locais que não permitiam construção (por serem APPs ou não possuírem infraestrutura adequada). Informou que os prejudicados podem solicitar da Administração Pública o retorno dos gastos com o imóvel. "O ideal seria chegar em um acordo para devolver todos os terrenos. A Prefeitura pega tudo de volta, faz o processo certo para todos terem oportunidade [através de procedimento licitatório]".

O vereador Lisandro Monteiro falou da necessidade de solucionar rapidamente as pendências, decidindo o que pode ser feito. "Quantos empresários estão há anos gerando emprego e pagando impostos. São anos que passa-

ram e as empresas já podiam estar com construção pronta, mas não fizeram porque não tinha localidade".

O vereador Sergio Gomes disse que a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação está realizando diligências e analisará caso a caso. "[Esses projetos] foram aprovados pela Câmara, em qualquer época. Foram apresentadas as documentações necessárias e estavam dentro da legalidade essas empresas que construíram e vão construir; temos que defender a geração de emprego e a fomentação de renda para o Município. Vivemos período de pandemia o qual prejudicou muitos os empresários, então temos que ponderar vários assuntos. Manifesto apoio a todos, serão vistos caso a caso".

O presidente da Câmara Municipal, vereador José Luiz das Graças, reforçou a necessidade de os vereadores incluírem o Ministério Público nas discussões.

(por Helena L. Tallmann)

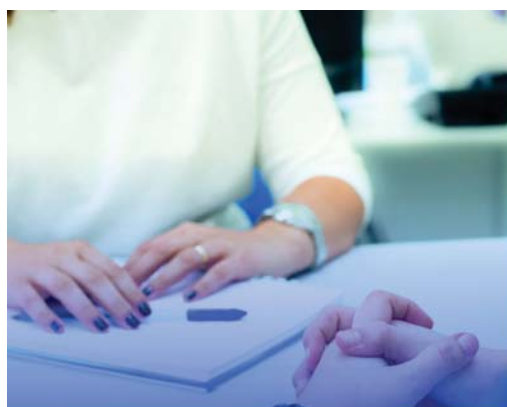
SEMPRE-SUDOESTE/MG @ INFORMAÇÃO

SEMPRE SUDOESTE MG implanta atendimento psicológico para os servidores sindicalizados

Projeto em execução que beneficia aos servidores do sindicato é mais um sonho da saudosa ex-presidente Regina Célia Nunes que se torna realidade

Diz o ditado que "o sonho que sonha só, é um sonho. Mas o sonho que se sonha junto se torna realidade". E assim o SEMPRE SUDOESTE MG concretiza mais uma proposta de trabalho em benefício dos servidores sindicalizados. Era um anseio da então presidente Regina Célia Nunes que mais este serviço fosse implantado no sindicato para atender aos associados, principalmente, neste momento 'pós-pandemia' onde depois de praticamente três anos, muitos trabalhadores sofrem os efeitos de um dos momentos mais difíceis da história recente da humanidade.

Sensível aos anseios e necessidades dos servidores municipais, a sindicalista Regina Nunes foi guerreira e batalhou por melhores condições de trabalho para os funcionários na época crítica da pandemia da Covid-19. Profissionais de vários setores, como os servidores da Saúde, da Educação, do Obras e tantos outros aqueles que estavam ou não na linha de frente do atendimento à população, sofreram os efeitos nocivos do período do 'fica em casa'. Muitos nem puderam se resguardar e tiveram de encarar de frente a realidade daquele que foi chamado de 'o novo normal', principalmente quando



não se tinha as perspectivas de amenizações e cura sobre o mal que afligia a todos. Já naquela época começava a ser planejado e estruturado um serviço de atendimento aos servidores do sindicato, porque muitos sofreram os efeitos danosos daquele período sombrio. Como parte integrante da sociedade, os servidores municipais também sofreram os impactos do período com a imposição de comportamentos totalmente diferentes daqueles em que todos estavam habituados. Fechamentos de espaços públicos, alteração de horários, toques de recolher levaram as pessoas a algo que nunca se imaginava que a população como um todo pudesse viver.

Foram tempos de au-

mento do tédio, transtornos de ansiedade, irritação, tristezas, incertezas, inseguranças e frustração financeira e outras. Diversas situações tiveram de ser enfrentadas nos lares, na convivência familiar, profissional e social. E foi pensando em ofertar um atendimento à saúde da psique humana, compreendendo e auxiliando no tratamento da saúde mental e no bem-estar dos servidores associados que o SEMPRE SUDOESTE MG iniciou as tratativas para ofertar um atendimento neste setor.

Primeiro veio o SindClínica, que foi implantado em setembro de 2022, com o objetivo principal de evitar o desenvolvimento de doenças, bem como reduzir os impactos de eventuais pro-



FOTOS: Reprodução

blemas de saúde de seus associados e dependentes. O presidente na época Rildo Domingos definiu na época a importância do serviço. "Com a medicina preventiva passamos a oferecer aos nossos sindicalizados e extensivos aos seus familiares diretos, a oportunidade de proporcionarmos saúde e melhor qualidade de vida", disse.

Agora mais um passo real e concreto é dado no sentido de ampliar o leque de serviços oferecidos. No dia 4 de abril o SEMPRE SUDOESTE MG, iniciou a execução de um grande sonho da então presidente, a saudosa Regina Célia Nunes. Na oportunidade foi implantado o atendimento psicológico aos servidores sindicalizados. Antes já ha-

via o acesso a consultas eletivas com psiquiatra quando necessário, através do convênio "Parceria em Saúde".

O atendimento é feito no SEMPRE SUDOESTE MG, através da psicóloga, Wendy Alves Oliveira. As consultas não terão custo adicional para o servidor sindicalizado. Todo o carinho e atenção vem de encontro a observação detalhada de que: a saúde mental dos servidores é prioridade do sindicato.

A proposta do cuidar da saúde emocional dos servidores vai além das questões de higiene. Visa também conscientizar, que por conta das mudanças de hábitos repentinamente, pode haver implicações emocionais. O atendimento ofer-

tado que possibilitar a chance de fazer com que os associados e necessitados do serviço, saibam lidar com essas mudanças emocionais, ajudar as famílias que perderam entes queridos e a superar os efeitos danosos que ficaram deste período e todas as suas implicações.

Com a ajuda de profissional especializado torna-se possível superar e suportar estas novas situações vividas, com o devido auxílio e assistência da Psicologia. O momento é de tornar menos dolorida esta fase que é de extrema importância em um dos momentos mais complicados da vida de todos.

Atuando no auxílio direto ou indireto, é possível contribuir para a adaptação do processo de recuperação e restauração das mentes e corações e seguir em busca de uma vida saudável e solidária, porque juntos somos mais fortes. A Psicologia vem para ajudar a compreender acerca de como o ser humano cria a sua história. O papel do psicólogo é utilizar essa ciência para conduzir uma pessoa à autodescoberta, à compreensão sobre as suas dificuldades e a forma com que se relaciona com o seu "mundo interior" e também nas suas relações familiares, profissionais e sociais.

JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES!